



O GUARDA-SOIS

EDITORIAL

Envolva-se!

Venha à Oikos enviar um e-mail!



Acabo de ver o último de quatro episódios da série “Portugal, um retrato ambiental”, transmitida pela RTP1, em “nobilíssimo horário” (para quem não trabalhar, claro), isto é, a partir das 23.15 horas... .

Apesar de ter tido um prévio conhecimento de parte dos conteúdos que ali iria observar - uma vez que em representação da Oikos fui convidado a propor alguns dos dramáticos cenários ambientais ali expostos ao país que os quis (ou conseguiu...) ver – devo confessar a minha sensação de tristeza e impotência face ao que, pela quarta semana, me obriguei a ver e ouvir.

Com efeito, como as imagens, textos e excertos utilizados comprovam, as linhas essenciais para a determinação de um modelo de desenvolvimento mais harmonioso para o país já haviam sido enunciadas há várias décadas, tendo os desastres ambientais sido relatados e estudados, interna e externamente, e as suas causas determinadas e sistematizadas. No entanto, por incompetência ou desprezo pelo ambiente e qualidade de vida dos cidadãos, a maioria dos governantes deste país (antes e após a revolução de Abril), do poder central ao autárquico fez “orelhas moucas” ao dados que ambientalistas e investigadores lançaram sobre a “mesa de

continua

trabalho”, no momento de tomada de decisões. E os resultados estão à vista... .

Mas, mais grave, hoje, quando o conhecimento científico e o nível de consciencialização para as questões ambientais são incomensuravelmente maiores, vemos os erros a repetirem-se, agravados, sob a inoperância e miopia política arrepiantes, arrastando com elas o futuro de toda uma nação.

Repare-se, a título de exemplo, no que se tem passado – e não nos temos cansado de o referir neste espaço – com a gravíssima questão dos resíduos industriais perigosos (para só falar destes...) ou com o escandaloso incumprimento das metas que nos propusemos internacionalmente cumprir no que toca a emissões de gases com efeito de estufa (já excedemos largamente a quota que nos foi atribuída para 2008). Ou, ainda, uma muito recente tentativa do anterior governo, e que o actual parece subscrever e sublinhar (o que se torna o facto mais ameaçador ainda) de destruir a REN e a RAN (reserva ecológica nacional e reserva agrícola nacional), dois dos instrumentos de ordenamento do território que conseguiram subsistir há duas décadas e colocá-los, já desvirtuados, sob alçada da incompetência e ignorância ambientais do poder autárquico deste país (mais recentemente muito apoiado no demagógico discurso do desenvolvimento sustentável, já repararam?!).

O quadro ambiental nacional não é, de forma alguma, optimista. É verdade que se têm dado

alguns passos significativos em algumas áreas mas, noutras, o descalabro parece total, alicerçado num poder político “distraído” dos valores ambientais e da sua importância para o futuro do país, para além da manifesta impotência nas tarefas de gestão desse valiosíssimo património.

Devemos, pois, cerrar fileiras e estar atentos ao que se avizinha em termos de ataques políticos a conquistas ambientais, começando pela defesa do que ainda resta da REN e RAN e parece ser o primeiro grande alvo a ser atacado.

Perdoem-me a ousadia de sugerir uma medida individual que talvez contribua de alguma forma para alertar algumas consciências: porque não enviar uma mensagem electrónica para a RTP (<http://www.rtp.pt/wportal/participe/formulario.php>) a solicitar a reposição dos 4 episódios em horário compatível com a vida de quem trabalha e também gostaria de ser formado e informado sobre as questões ambientais nacionais? E, já agora, enviar a mesma mensagem ao Ministro da Presidência e ao Primeiro Ministro (<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Contactos>)?

Caso queira, passe na sede da Oikos e envie o seu correio electrónico a partir do nosso computador.

Envolva-se!

Todos ganharemos com isso.

FICHA TÉCNICA:

Director: Mário Oliveira

Coordenador: Diomar Ferreira

Colaboraram neste número: Mário Oliveira; Diomar Ferreira, Isabel Vieira

Propriedade: OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria

Av. Cidade de Maringá — Centro Associativo Municipal, Sala 9 — Apartado 2840 — 2401-901 — Telef.: 244 828 555 — Fax: 244 829 024

E-mail: oikosambiente@mail.telepac.pt • Internet: <http://www.terravista.pt/nazare/5199>

Depósito Legal: Nº 120442/98

Tiragem: 1.000 exemplares

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a da OIKOS.

XII CONCURSO DE FOTOGRAFIA

“ÁGUA” - 2004

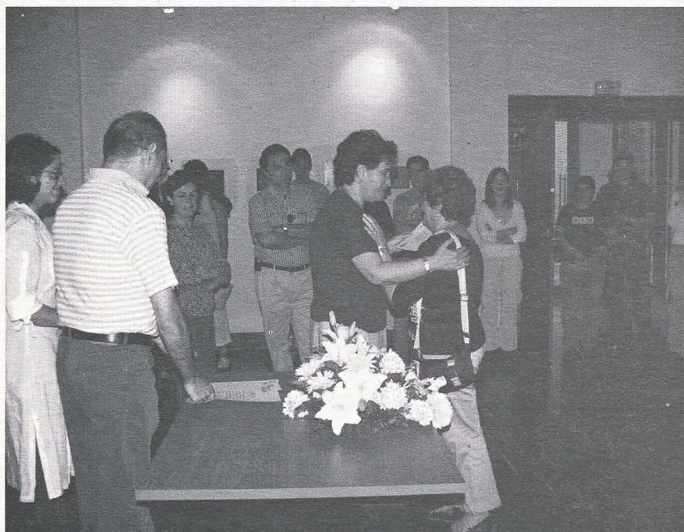
A Oikos levou a cabo mais uma edição do seu habitual concurso de fotografia, este ano subordinado ao tema “Água”.

Foram recebidas cerca de 200 fotografias, provenientes de diversos pontos do país, tendo sido expostas as 40 melhores, seleccionadas por um júri totalmente independente da Oikos, conforme previsto no regulamento do concurso.

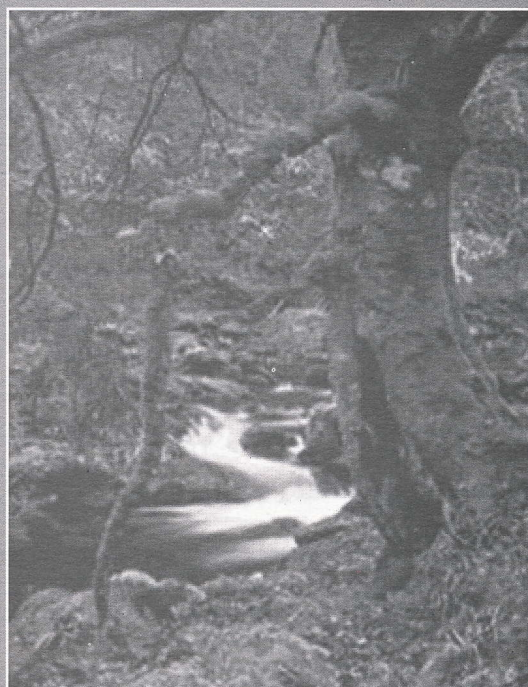
A exposição esteve patente ao público de 7 a 28 de Junho, no Arquivo Distrital de Leiria, tendo a cerimónia de inauguração contado com a presença de alguns membros da Direcção da Oikos, da Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr^a Isabel Damasceno, da Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, Dr^a Neusa Magalhães, do Dr. Acácio de Sousa, Director do Arquivo Distrital de Leiria, de alguns concorrentes e de algum público.

Premiados:

- 1º Prémio – António Luís Campos, (Coimbra)
- 2º Prémio Luís Lobo Henriques, (Leiria)
- 3º Prémio Luís Pinheiro da Silva , (Beja)



A Exposição voltará a estar patente ao público de 25 de Outubro a 30 de Novembro, no átrio da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira.



Bandeira Azul

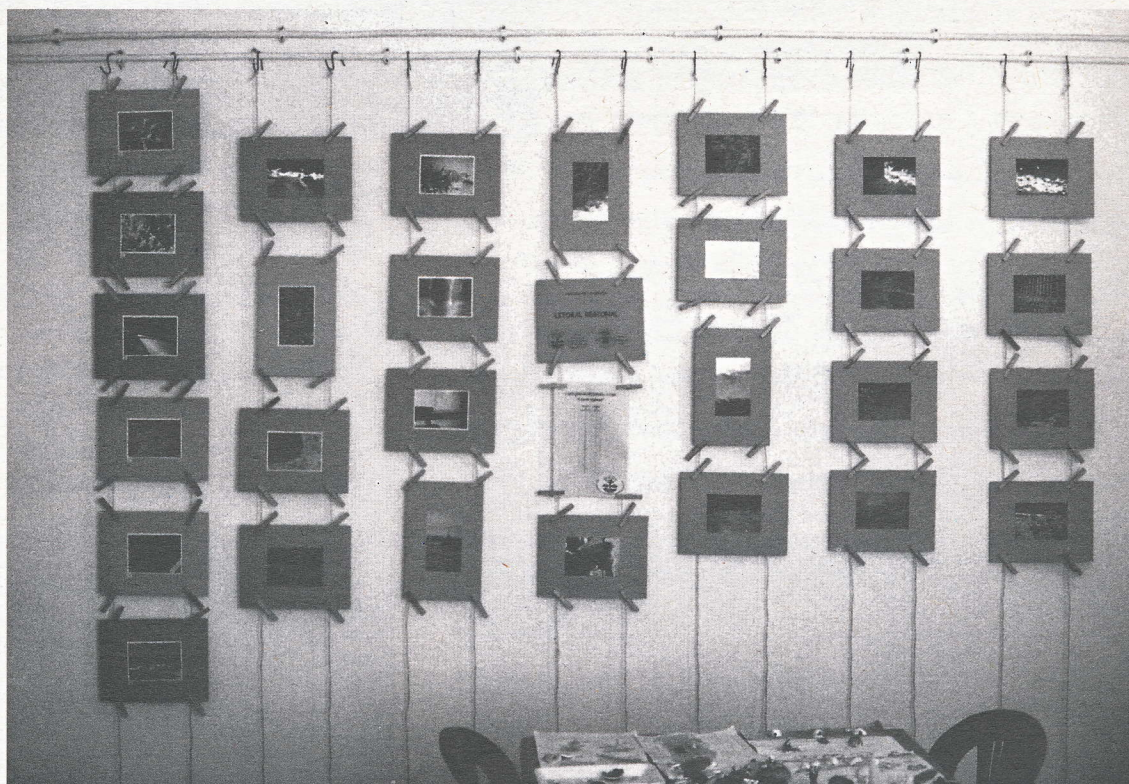
e as novas iniciativas propostas pela Oikos em 2004

Uma vez mais a Oikos, em colaboração com a Câmara Municipal de Leiria, desenvolveu um conjunto de actividades de sensibilização ambiental, na Praia do Pedrógão. Para além das iniciativas habituais, já descritas noutras edições, este ano demos início a duas novas actividades, a que chamámos o “I Concurso Juvenil de Fotografia – Litoral Regional” e a “Acção de recolha de resíduos”.

Concurso Juvenil de Fotografia – Litoral Regional” pretendeu-se sensibilizar todos os jovens e crianças frequentadores da Praia do Pedrógão, independentemente

da região e país de origem, para a singularidade do litoral regional, ameaças à sua conservação e comportamentos a manter, de forma a contribuir para a sua preservação e melhor conhecimento. Dessa forma foi lançado um concurso de fotografia dedicada àquele público alvo, subordinado aos objectivos acima descritos, tendo sido divulgado através da colocação de folhetos de divulgação/sensibilização nos locais mais

concorridos daquela praia, nomeadamente o posto de turismo, cafés e restaurantes, bem como no Centro Azul. O concurso decorreu em duas fases, tendo sido seleccionadas 32 fotografias para a 1ª fase e 27 para a 2ª fase. Decorreu em simultâneo, uma votação que, para ambas as fases, permitiu



eleger as melhores fotografias, tendo sido apurados seis vencedores a quem se ofereceram prémios - máquinas fotográficas e livros subordinados a temas de ambiente.

Face ao elevado número de concorrentes, à qualidade das fotografias expostas e ao teor das apreciações feitas ao referido concurso e tema, a Oikos tem razões para considerar esta actividade um êxito e voltar a realizá-la no próximo ano.

A actividade “Acção de recolha de resíduos” teve como objectivos essenciais a sensibilização para a problemática dos resíduos e seus impactes sobre o litoral, mas também promover a reflexão dos utentes do Centro Azul e da praia em geral – particularmente dos mais jovens - para a necessidade de modificar atitudes face, à geração de resíduos e alterar comportamentos, face ao encaminhamento que lhes é posteriormente dado.

A actividade iniciou-se com selecção de alguns jovens que aceitaram envergar camisolas e bonés (portadores de mensagem sobre a Bandeira Azul, a conservação do litoral, a Oikos e a CML) oferecidos pela Oikos, e proceder à recolha de



alguns dos resíduos encontrados ao longo do litoral a Norte e Sul do Pedrógão. Uma vez recolhidos, estes resíduos foram introduzidos num “contentor” criado para o efeito e colocado no Centro Azul, tornando-se motivo central da observação de todos aqueles que o quiseram observar.

Em paralelo foi proposto um concurso

associado a este tema, propondo-se a criação de um texto de reflexão sobre a origem de um daqueles resíduos, as matérias que o constituíam e respectiva perigosidade, as possíveis soluções para o seu tratamento final, entre outras possibilidades de trabalho.



Parecer conjunto - no âmbito da consulta pública do Estudo de Imp (Estudo

O recurso a esta opção energética renovável está a crescer exponencialmente, sobretudo na Europa – onde se concentra 75% da capacidade dos parques eólicos do mundo. Instalados nas linhas de cumeada das serras – onde há mais vento – os aerogeradores estão a tornar-se num novo elemento da paisagem. É no mínimo curioso que um projecto destinado a produzir energia limpa, sem problemas de poluição e que utiliza a brisa como combustível – constituindo um símbolo ecológico por excelência – seja alvo de conflitos ambientais (Garcia, 2004).

Em Portugal, todos os parques eólicos situados em zonas sensíveis são obrigatoriamente sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental. Seguidamente será apresentada a definição do projecto, apreciação global ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA), segundo critérios legais, metodológicos e técnicos, questões chave em termos de impactes ambientais e uma breve conclusão com o fim de sustentar o estado do processo.

1. Definição do projecto

O projecto em análise consiste na criação de um Parque Eólico, destinado à produção de energia eléctrica a partir do vento, com uma potência prevista de 18MW. O Parque de Alvaiázere situa-se no concelho de Alvaiázere, distrito de Leiria e é constituído por 9 aerogeradores dispostos em dois alinhamentos distintos que distam cerca de 1,7 km. O primeiro grupo, de 4 aerogeradores, está projectado para a Serra dos Ariques, a cerca de 800m a SSW do marco geodésico de Ariques e apresenta uma orientação geral NE/SW. O segundo grupo, de 5 aerogeradores, inicia-se no marco geodésico de Alvaiázere e apresenta uma orientação geral NNE/SSW (RNT, pp1).

O Projecto irá ocupar áreas consideradas sensíveis, segundo o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, nomeadamente o Sítio da 2ª fase da Lista Nacional de Sítios com a referência PTCON0045 - Sicó-Alvaiázere (RNT, pp2).

O Projecto deste Parque, que se encontra em fase de Estudo Prévio, é da responsabilidade da

FINERGE, Gestão de Projectos Energéticos, S.A. e a entidade licenciadora do Projecto é a Direcção Geral de Energia (DGE). O EIA é da responsabilidade da PROCESL e teve início em Junho de 2003, tendo sido concluído em Dezembro do mesmo ano.

2. Análise do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)

Requisitos legais

Segundo o DL 69/2000 de 3 de Maio, o EIA em questão é abrangido pelo Anexo II do mesmo, mais concretamente no ponto 3, alínea i) “Aproveitamento da energia eólica para produção de electricidade”, cujas características técnicas estão assinalados ao longo do EIA.

Relativamente ao Art.º 14º, ponto n.º 2, o prazo de consulta pública varia consoante a natureza, dimensão ou localização do projecto, considerando um período de 20 a 30 dias para projectos previstos no Anexo II, segundo a alínea b). De acordo com o precípuo, a consulta pública do presente EIA tem lugar durante 27 dias, terminando a 20 de Agosto do presente ano.

Verifica-se que a consulta pública referente ao EIA “Parque Eólico do Alvaiázere (Estudo Prévio)” preenche os requisitos patentes no DL 69/2000 de 3 de Maio.

Correcção metodológica e técnica

A Alternativa Zero (alternativa da não construção do projecto em análise) não é considerada no RNT. A “Evolução do estado do ambiente sem projecto” é descrita no relatório síntese (pp107) sem coerência e carece de fundamentação técnica. A abordagem efectuada é subjectiva, uma vez que “o estado actual dos conhecimentos não facilita uma análise prospectiva da evolução referencial do ambiente”: Em termos de ecologia, “pode-se esperar a continuação do abandono dos baldios (...) que conduziriam à reabilitação da vegetação climática e

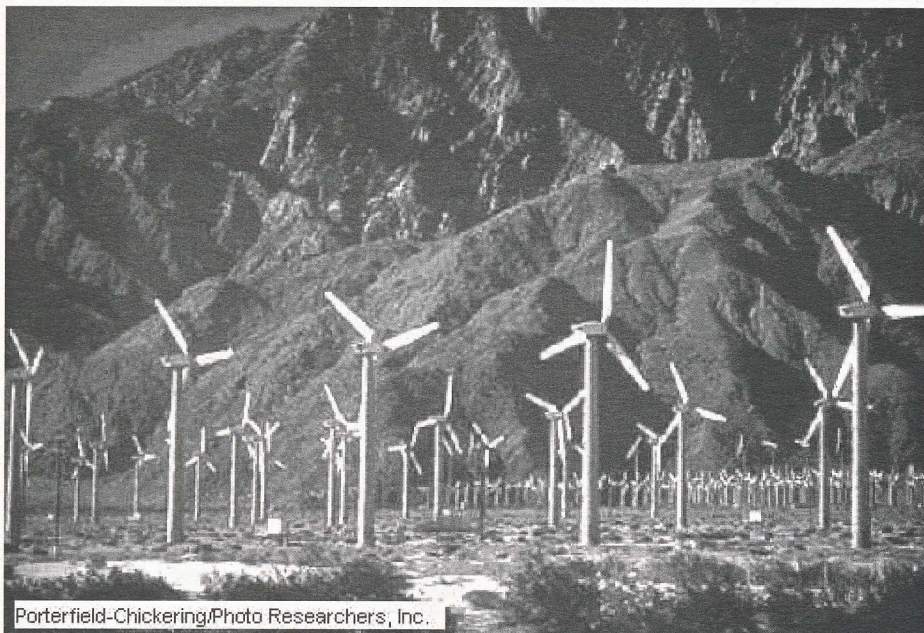
da Oikos e GEOTA

Impacte Ambiental do “Parque Eólico de Alvaiázere (Prévio)”

respectiva fauna autóctone”; Ao nível do património as obras já realizadas na área em estudo (estrada e antenas de telecomunicações) têm impactes significativos. Entendem, assim, que a construção do parque eólico tem condições para garantir a salvaguarda do património e a protecção do espaço florestal (RS, pp107).

“A ausência de um Plano Nacional que estabeleça e defina áreas adequadas à exploração eólica obriga à selecção e análise de todos os locais de

Outra questão de extrema importância é a fase de desmantelamento do parque. É gravoso considerar como hipotético a realização desta fase!! Deverá ser obrigatório e não passar incólume tal citação: “...caso haja desmantelamento do Parque Eólico, as alterações poderão ser recuperáveis a médio-prazo” (RS, pp123). Assim sendo, os impactes considerados temporários e pouco significativos terão graves consequências ao nível da paisagem, património, fauna e flora, passando a ser considerados como permanentes.



potencial eólico. Desta forma, a identificação de alternativas de localização não se apresenta viável...” (RS, pp33). O GEOTA e a Oikos (Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria) corroboram tal citação no que diz respeito à realização um estudo global que quantifique a energia eólica necessária a nível nacional, e que em função disso identifique o número de locais de implementação, de preferência fora das áreas protegidas. Por isso mesmo não compreendem a não viabilidade de apresentação de alternativas de localização.

Uma vez que se trata de uma área sensível em termos de património natural e cultural, tal deveria ser considerado no EIA e avaliado comparativamente com os diversos descritores de modo a propiciar um correcto juízo no apoio à decisão.

3. Justificação da Necessidade do Processo

Existência de “vento”

A configuração orográfica e geográfica de Portugal, apenas permite a instalação de parques eólicos nas zonas mais elevadas e montanhosas. Nas zonas planas o vento tem velocidades médias muito baixas, e portanto a energia produzida é de tal modo baixa que inviabiliza economicamente o projecto.

Para que um parque eólico seja rentável, o vento no local terá de ter uma velocidade média anual bastante elevada, superior a 7 a 8 m/s. Segundo os estudos disponíveis, a velocidade média do vento entre Fevereiro e Setembro de 2003, extrapolada para uma altitude de 30m e de 60m foi, respectivamente, de 8,2 m/s e 8,4m/s. O factor “vento” garante a rentabilidade do parque eólico.

Situação actual da energia eólica em Portugal

A produção de energia eólica tem-se desenvolvido um pouco por todo o mundo e Portugal não é excepção. Esta forma de energia apresenta vantagens comparativamente às formas tradicionais na medida em que é utilizada uma energia renovável que não acarreta a libertação de poluentes atmosféricos

e a maioria dos materiais que compõem um aerogerador são recicláveis, pelo que a sua desactivação não apresenta problemas relevantes. No entanto é preciso não esquecer as desvantagens associadas a um projecto deste tipo designadamente aos impactes na paisagem, o ruído causado pelos aerogeradores, bem como os riscos potenciais para a avifauna (sobretudo se o parque estiver localizado numa rota de migração).

Ressalva-se, porém, que o principal objectivo de uma política energética portuguesa deverá ser a promoção da eficiência energética. Como objectivos secundários, virá a promoção de formas de energia renováveis e a sua produção descentralizada. Dever-se-á, igualmente, ter em consideração as obrigações internacionais assumidas por Portugal, nomeadamente o Protocolo de Quioto.

Contributo para o cumprimento das metas nacionais – potência instalada

De entre as fontes renováveis para electroprodução, a **energia eólica** é a que apresenta hoje em dia, em Portugal, maior potencial, com viabilidade económica interessante e impactes ambientais moderados. Para o cumprimento da Directiva das Energias Renováveis, discute-se a contribuição do empreendimento em questão para atingir, em 2010, o patamar de 39% do consumo bruto de energia através de fontes renováveis, já que para a potência prevista de 18MW, perfaz cerca de 0,5% do total necessário (RNT, pp2).

Refira-se, no entanto que a energia eólica tem uma condicionante intrínseca: a potência disponível sofre de elevada variabilidade em função da meteorologia, implicando sempre a existência de sistemas produtores alternativos. Este aspecto não é referido em todo o EIA.

Contributo para o cumprimento das metas nacionais – redução de GEE

Segundo o *Portuguese National Inventory Report* (2003) “o total de emissões em Portugal é de 83,8 MTON CO₂ eq. em 2001, representando um aumento de 36,4%, comparativamente aos níveis de 1990”. O mesmo relatório considera ainda que “a energia é de longe o sector mais importante (73% das

emissões de GEE em 2001), representando um aumento de 51% entre 1990 e 2001.”

Em Portugal um aerogerador de 2 MW (= 2000 kW) que opere em média 2 200 horas por ano evita a emissão de 3 500 toneladas de CO₂ para a atmosfera (APREN, 2004). Conforme os dados que constam no EIA, “para o horizonte de vida útil do projecto (20 anos), o projecto permitiria poupar a emissão de 420800 Ton CO₂, considerando o combustível mais limpo - gás natural” (RS, pp23). Comparando tal valor com o ano de 2001, o parque eólico em causa pouparia, aproximadamente 25% das emissões relativas e este gás.

4. Questões Chave em Impactes Ambientais

Sendo as energias renováveis fontes menos poluentes, não são completamente isentas de potenciais impactes ambientais negativos graves, caso a sua implementação não seja efectuada de forma muito criteriosa. Este é o caso da produção de energia através do vento numa zona importante para a conservação da natureza a nível Nacional e Europeu - Rede Natura 2000. Alguns dos principais impactes nesta área encontram-se associados à fase de construção, nomeadamente:

- Escavação nos acessos, valas para os cabos de ligação e fundações das torres;
- Transporte de materiais de escavação para o local de depósito;
- Transporte de materiais de construção;
- Construção e montagem dos equipamentos.

Geologia

Pretendendo-se a localização do Parque Eólico numa zona cársica, e pela importância de que esta se reveste em termos de conservação, não é feito qualquer levantamento cartográfico, nem prospecção das cavidades na área de estudo. O EIA remete para a elaboração de um “estudo geológico e geotécnico de pormenor” (RNT, pp10) que deveria ser considerado neste estudo e não à posteriori, pelo que se exige a sua execução.

Paisagem

O impacte paisagístico é um dos potenciais conflitos que poderão estar associados aos projectos de parques eólicos. Muitas vezes os locais escolhidos para a sua implantação estão integrados em áreas

protegidas, como é o caso.

Os parques requerem áreas de implantação mais ou menos extensas, em que ocorre a desmatção, causando a degradação da paisagem e maior exposição dos ecossistemas. No EIA estão patente os impactes previsíveis na fase de construção (RS, pp144):

- Desorganização visual e funcional;
- Redução da visibilidade devido a poeiras resultantes de trabalhos de construção;
- Diminuição da qualidade visual e alteração da paisagem.

Outra das questões negativas é o facto de os acessos abertos para construir do parque poderem levar a que zonas inacessíveis passem a ser frequentadas pelo público. Há alguma indefinição em considerar se o impacte da afluência de pessoas estimulado pela melhoria dos acessos é positivo ou negativo. Nem o próprio EIA analisa coerentemente este facto: por vezes é defendido que os parques eólicos afastam os visitantes, outras é referido que poderá despertar curiosidade com impactes ao nível do pisoteio, resíduos, introdução de novas espécies alóctones que podem alterar a estrutura da paisagem com consequente destruição dos ecossistemas sensíveis.

Valores naturais (fauna e flora)

O EIA carece da apresentação de uma situação de referência de base relativa à flora e à fauna. A informação é deficiente, suportada basicamente em bibliografia e evidenciando muita falta de trabalho de campo. Foi realizada apenas uma visita de campo no dia 23 de Setembro de 2003, conforme referido no estudo (RS, pp74), o que se considera inaceitável face aos presumíveis impactes e valor ecológico do sítio.

Não é apresentada nenhuma metodologia que avalie os aspectos faunísticos e florísticos, tanto na vertente quantitativa, como qualitativa. O plano sugere, para as fases de monitorização, recolha de informação específica que deveria ser objecto de estudo na actual situação. "As listagens obtidas para a flora foram algo incompletas dado a época dos trabalhos de campo ser pouco adequada à detecção da maior parte das plantas de desenvolvimento e floração vernal" (RS, pp61). O GEOTA e a Oikos manifestam apreensão e profunda estranheza relativamente à possibilidade de se vir a propor a realização de processos de monitorização sem existir uma exaustiva caracterização da situação de referência.

No que respeita à fauna, são referenciadas espécies que ocorrem dentro da área de estudo com relevância em termos de conservação, às quais não é

dada a devida importância na avaliação dos impactes, como sucede com os morcegos. Na área do parque eólico, as cavidades identificadas correspondem às Grutas de Algar da Água e de Algar Pequeno. Estas localizam-se próximo do marco geodésico de Alvaiázere. No entanto, "nenhuma das grutas identificadas pelo Núcleo de Espeleologia da Universidade de Aveiro, consta da lista de abrigos a proteger no plano Nacional de Conservação de Morcegos Cavernícolas" (RS, pp74). Este facto não deixa de ser estranho uma vez que estes animais se encontram em "perigo", conforme demonstrado no Quadro 44 (RS, pp72).

O estudo da avifauna e dos morcegos incide praticamente nos aspectos da colisão com os aerogeradores, descurando-se as questões do efeito de vazio, principalmente nos aspectos referentes ao abandono de espécies com estatutos elevados de protecção. Outra situação não seria esperada uma vez que "a informação recolhida de potenciais impactes sobre aves e quirópteros, não permite fazer considerações e só uma monitorização dirigida permitirá aferir adequadamente este aspecto" (RS, pp167).

É de ter em conta que alguns dos vertebrados que se encontram na área afectada são protegidos pelo Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, relativo à Directiva de Habitats e à Directiva de Aves. Com base no artigo 10º do referido decreto, caso ocorram impactes negativos associados ao projecto, "*...o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique a ausência de solução alternativa e ocorram razões imperativas de interesse público, como tal reconhecidas mediante despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ministro competente em razão da matéria.*" (in art.10º do Decreto-Lei nº140/99)."

Ambos os locais estão inseridos, devido às suas características de fauna e flora, na **Rede Natura 2000** (Zona Especial de Conservação), sendo consideradas zonas sensíveis. O GEOTA e a Oikos estranham a insistência, por parte de entidades privadas, em implementar este tipo de estruturas quando, no que respeita à Rede Natura 2000, a sua implementação constitui uma clara violação aos interesses Nacionais e Comunitários.

Património

A área em questão possui elementos patrimoniais arqueológicos, arquitectónicos e etnológicos que é importante salvaguardar, mas que têm sido alvo de afectação sem medidas de acompanhamento adequadas.

Em fase de estudo prévio (no presente EIA) deveria ser efectuada uma prospecção dirigida do corredor das linhas de ligação à rede, com indicação dos respectivos impactes e não remeter apenas para o RECAPE. Segundo a APREN, nesta última fase dever-se-ia realizar a prospecção sistemática ao longo da linha, limitando-se às áreas centradas nos postes com um raio de 50 m.

O próprio EIA faz algumas anotações de alteração de localização dos aerogeradores com o intuito de afastar as torres de ocorrências de maior interesse patrimonial (RNT, pp12).

Projectos associados

O presente EIA não abrange a análise ambiental da linha eléctrica de ligação entre os dois sectores e à rede, pois nesta fase do projecto ainda não existe qualquer traçado preliminar da linha e apenas se sabe que o ponto de partida de interligação à rede é a subestação de Ourém, a cerca de 23km (o corredor da linha só ficará definido aquando da adjudicação do projecto à EDP) (RS, pp11). Desconhecem-se, assim, os impactes resultantes da construção e exploração destes projectos associados por indefinição da localização dos componentes com impactes directos no solo, nomeadamente os apoios da linha e os acessos dedicados aos mesmos. Estes impactes resultantes da construção das linhas poderão ser mais gravosos e de menor recuperabilidade que o próprio projecto, facto este referido no EIA (RS, pp123). O GEOTA e a Oikos consideram que esta vertente não deverá ser avaliada sem estudos alternativos, além de que o projecto central e os projectos associados deverão ser apresentados e analisados de posse de todas as alternativas, não permitindo que a realização de um deles obrigue à aprovação “tácita” dos demais, indevidamente estudados.

Impactes Cumulativos

O EIA refere saber da “pretensão de instalação de 3 aerogeradores do futuro parque da Vidigueira (ainda em fase de projecto)”. Ao nível dos impactes cumulativos, este novo parque a 2 km a Norte de Alvaiázere considera os impactes positivos sobre a socio-economia regional e o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal (RS, pp148). Por outro lado, o estudo não avalia, para os valores naturais, os impactes cumulativos resultantes da instalação de novos parques eólicos uma vez que argumentam que “a construção dos parques e mesmo

das linhas de ligação possam provocar a ocorrência de impactes de maior significado do que os identificados isoladamente (RS, pp149).”

O GEOTA e a Oikos defendem que tal avaliação seja formulada no conjunto dos três parques e para um total de 12 aerogeradores, e respectivos projectos associados, já que tais fontes de energia irão ter “uma forte dependência na paisagem (...) e no carácter natural da região” (RNT, pp15).

5. Conclusões

O GEOTA e a Oikos consideram fundamental para a melhoria do estado do ambiente a substituição da produção de energia eléctrica a partir dos combustíveis fósseis por fontes renováveis, nomeadamente a energia solar e a eólica, embora seja essencial que essa substituição deva ter como objectivo a redução da utilização dos combustíveis fósseis, em vez de constituir mais um produto disponível no mercado.

O local proposto para o Parque Eólico é inadequado face aos objectivos e valores de índole Nacional e Comunitária objectivados pela Rede Natura 2000. Dever-se-ia ter efectuado uma análise clara de custos e benefícios que incluísse a desvalorização da Rede Natura 2000.

Existe a necessidade absoluta de se efectuar um levantamento suportado por dados de campo ao nível da flora e fauna, antes da instalação do Parque Eólico, de forma a servir de base comparativa para os estudos de monitorização previstos, sob pena de não virem a ser produzidos resultados credíveis.

O GEOTA e Oikos não estão de acordo com a implementação do Parque Eólico nas condições actuais, visto o EIA não ser um instrumento adequado de apoio à decisão. Este carece de informação de base, não respondendo claramente aos impactes resultantes da instalação do parque. Assim, as associações subscritoras do presente parecer apesar de reconhecerem a importância da produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, consideram, face ao exposto inaceitável a implementação deste projecto.

Agosto de 2004

A Direcção da Oikos e do GEOTA

Parecer da Oikos, relativamente ao PROF - PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL (CENTRO LITORAL), enviado à Circunscrição Florestal do Centro.

Na sequência da análise ao documento (CD) relativo à 1ª fase - Base de Ordenamento do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, a Oikos considera-o como bastante importante, na medida em que permite definir e apresentar as diferentes tipologias relativamente aos recursos florestais existentes na zona Centro Litoral e realizar alguma inventariação a esse nível.

Sob o ponto de vista técnico, conclui-se que este trabalho é equilibrado e contempla diversos itens visando tornar a floresta sustentável, de um ponto de vista económico, social e ambiental.

Assim, e na sequência da reunião de apresentação / discussão do PROF - Centro Litoral, no passado dia 18 de Junho de 2004, na Escola Agrária em Coimbra, e após o estudo do CD, a Oikos considera:

- Na metodologia adoptada para produzir a cartografia das funções desempenhadas pelos espaços florestais (caderno 4, ponto 4.1 do CD) a classificação “muito importante”, “importante” e “sem importância” é entendida como demasiado

reduzora e limitativa. Propõe-se que seja criada uma escala mais abrangente, que revele as relações existentes entre cada espaço florestal, de modo a servir os interesses da avaliação.

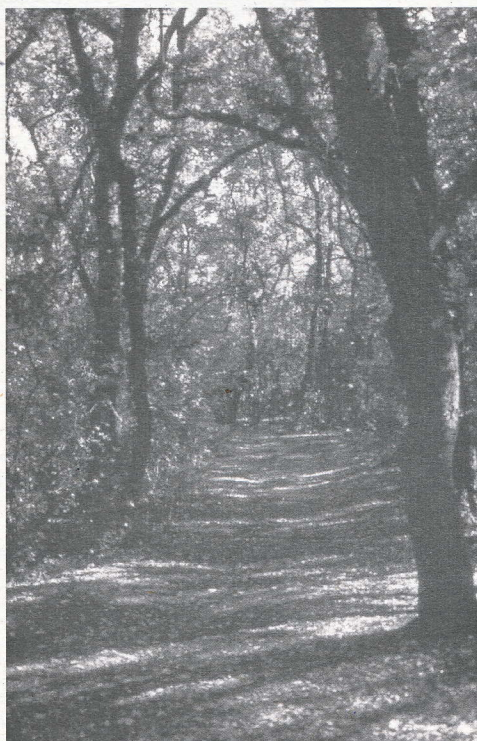
- Na versão preliminar dever-se-ia referir a ligação que estes PROF's mantêm com os demais instrumentos de planeamento e ordenamento do território (PDM's, REN, RAN, POOC), de modo a potencializar e criar sustentabilidade em cada espaço.

Entende-se como essencial que este trabalho seja executado a nível nacional e se torne como um documento estratégico e orientador de políticas governamentais, tendo em vista a maximização dos recursos florestais existentes num quadro de respeito pelo equilíbrio ambiental.

A Oikos considera ainda que a política de ordenamento florestal tem que ser entendida como um instrumento transversal aos diversos níveis governativos, implementada por responsáveis cuja sensibilidade e capacidade técnica se traduza na realização de medidas concretas que rapidamente encontrem expressão real no terreno.

Leiria, 12 de Julho de 2004

O Presidente da Direcção da Oikos
Mário Oliveira



CONVITE AOS SÓCIOS

A Oikos convida os sócios a participarem num dos percursos do Coastwatch Europe 2004, que decorrerá entre Novembro e Dezembro. Se aceitar o desafio, contacte-nos através do nº de telefone 244828555 ou pelo E-mail: oikosambiente@mail.telepac.pt e obtenha mais informações.

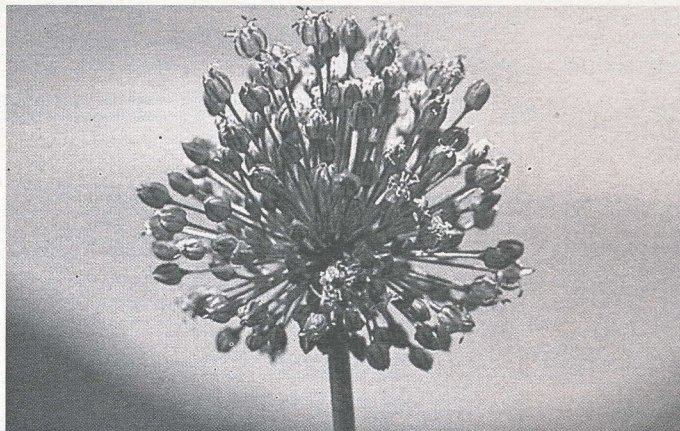
Allium sphaerocephalon

(alho-silvestre; alho-bravo)

GÉNERO: *Allium*
 FAMÍLIA: Alioídeas
 ORDEM: Liliales
 SUBCLASSE: Monocotiledóneas
 CLASSE: Angiospérmicas

“Que saudades da comida do Egipto! Peixe de graça, pepinos, melões, alhos-porros, cebolas e alhos! Agora, até perdemos o apetite, porque não vemos senão maná!”

(Números 11: 5, 6)



É fim de semana e joga-se o *Euro2004* em Leiria *. Está um calor abrasador e as praias estão cheias de gente. No início e fim do dia, uma névoa agradável refresca os matos e é bom fazer caminhadas, cheirar a paisagem sentindo o sol descer no horizonte. Lá no alto, na Sra. do Monte, o pôr do sol é bonito e no chão, ainda queimado, podemos ver umas ervas de talo direito encimados por uma umbela densa de flores de cor púrpura, vistosa.

Sem pensar muito bem no que faço, arranco uma dessas plantas e trinco os bolbilhos que se desenvolvem ao nível do solo, nas axilas das suas folhas compridas e finas. O seu sabor inconfundível, a alho, transporta-me para histórias longínquas, histórias de família, que passam de geração em geração, e nos vão criando a convicção de que somos parte da terra que pisamos.

Dependemos das essências subtis da natureza para nos conservarmos vivos e de boa saúde. O ar que respiramos, a comida que ingerimos e as substâncias que fomos descobrindo como essenciais à cura das nossas maleitas, quase todas elas tinham que ser, outrora, encontradas nas redondezas das habitações, exigindo para tal um conhecimento muito profundo sobre a natureza que as rodeava.

Sobre o alho, sabemos que tempera, mas dá mau hálito e as *top models* evitam comê-lo para não impregnar as roupas das suas emanações. Eu própria evito comê-lo por causa disso. Trinquei os bolbilhos porque estava distraída...

Conta o meu avô que, na sua juventude, padecia de um problema de saúde complicado. Para se conseguir tratar foi-lhe recomendado um procedimento pouco ortodoxo e que consistia, entre outras coisas, em ingerir, diariamente, grandes quantidades de alho cru. Na altura não se sabia porquê; só se sabia que a coisa resultava.

Hoje sabe-se que o alho aumenta a actividade dos linfócitos T-helper e dos macrófagos, glóbulos brancos essenciais à defesa imunitária na luta contra

agentes virais e bacterianos, actualmente mais conhecidos por CD4; estimula o fígado na produção de enzimas que neutralizam toxinas e agentes (potencialmente) causadores de cancro; tem propriedades anti-helmínticas, sobretudo colaborando no combate a infestações parasitárias intestinais; possui antioxidantes potentes que protegem as nossas membranas celulares e a integridade do DNA; porque tem propriedades anti-infecciosas aclara os mucos respiratórios facilitando a expectoração; ... (a lista é longa).

Os progenitores das plantas que cultivamos e encontramos no nosso prato, ou no mercado, são espécies silvestres, outrora colhidas por caçadores e colectores. Nos espaços onde habitamos, mesmo no centro das cidades, é possível encontrar alguns desses exemplares, já esquecidos ou desprezados. O seu património genético é precioso e constitui uma herança da humanidade à disposição de todos os usuários de boa-fé.

Embora este alho não tenha qualquer hipótese de competir no mesmo mercado do alho domesticado que consumimos na nossa culinária, já que os seus bolbilhos são muito pequenos, é mais colorido e é mais desconhecido. Pode, eventualmente, ter princípios activos de um enorme valor hoje, ou num futuro próximo ou longínquo. Sobre o seu património genético pouco se sabe.

Indiscutivelmente, tem um valor ecoturístico muito superior ao alho comum.

Alhos parecidos com este povoaram a paisagem do Egipto antigo e eram, igualmente, indispensáveis na dieta de gregos e romanos. O seu sabor era, pelo menos para alguns, melhor que maná e motivo de saudade.

IsabelVieira

* A referência ao *Euro2004*, pretende situar no tempo a floração desta espécie tendo, este texto, sido escrito em Junho.